



APENSADOS

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

AUTOR:

(DO SR. VALDIR COLATTO)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:

Dispõe sobre a prestação de contas de recursos repassados pela União aos Municípios.

DESPACHO:

10/06/97 - (AS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:

A COM. DE TRABALHO, DE ADM. E SERV. PÚBLICO, EM 24/07/97

## REGIME DE TRAMITAÇÃO

## ORDINÁRIA

COMISSÃO	DATA/ENTRADA
CTASP	24/07/97
CFT	26/08/97
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

## PRAZO DE EMENDAS

## COMISSÃO

## INÍCIO

## TÉRMINO

	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

## DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		

PROJETO DE LEI Nº

3234

DE 199

7

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.234, DE 1997  
(DO SR. VALDIR COLATTO)



Dispõe sobre a prestação de contas de recursos repassados pela União aos Municípios.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões de Trabalho de Adm. e Serviço Público, Finanças e Tributação, Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, FII) da Câmara dos Deputados, em 10/06/97, aprovaram o Projeto de Lei nº 3234 de 1997, do Sr. VALDIR COLATTO, Presidente.

**Projeto de Lei Nº 3234 de 1997  
(Do Sr. VALDIR COLATTO)**

**ORDINÁRIA**

Dispõe sobre a prestação de contas de recursos repassados pela União aos Municípios.

**O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** A prestação de contas dos recursos repassados pela União aos Municípios por meio de convênios, acordos, ajustes ou qualquer outro instrumento, excluídos os decorrentes de dispositivo constitucional, será encaminhada, simultaneamente para o órgão do governo federal responsável pelo repasse e para o Tribunal de Contas da União.

**Art. 2º** O Tribunal de Contas da União terá o prazo de seis meses a contar do recebimento do processo de prestação de contas para opinar sobre sua regularidade.

**§ 1º** No caso de o Tribunal de Contas da União não apresentar seu parecer no prazo estabelecido no *caput*, considerar-se-ão aprovadas as contas.

**§ 2º** No caso de rejeição das contas relativas aos recursos transferidos, ficarão suspensas todas as demais transferências de que trata o art. 1º até que sejam tomadas as providências necessárias para a regularização da situação.

**Art. 3º** Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

**Art. 4º** Revogam-se as disposições em contrário.

**JUSTIFICAÇÃO**

Um dos aspectos menos realçados da chamada “crise fiscal” diz respeito à má aplicação dos sempre escassos recursos públicos. Entre estes,



destacam-se as denúncias e apurações freqüentes de desvios dos valores referentes às transferências da União para os Municípios.

Apesar do ganho relativo que os Municípios tiveram depois da promulgação da Constituição de 88 - de cerca de 18% para 23% do total efetivamente disponível da arrecadação nos três entes de governo - suas populações continuam carentes de serviços básicos. Os Municípios se mostram incapazes mesmo de assumirem os encargos que seria razoável transferir-lhes. O projeto que ora apresentamos visa a coibir esse desperdício de recursos e impor sanções claras, materiais e objetivas para o caso de rejeição das prestações de contas.

Nossa meta é ressaltar e valorizar a aplicação efetiva dos recursos, pois a idéia que muitos ainda têm é a de que tais valores são "de graça", uma vez que não representam sacrifício para o habitante do próprio Município beneficiário.

Diante do que foi exposto é que esperamos contar com o apoio dos nobres Colegas para ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em                      de                      de

10/06/98.

  
Deputado **VALDIR COLATTO**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**  
**50ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**

Ofício nº 295/97

Brasília, 12 de agosto de 1997.

Defiro a apensação do PL nº 3.234/97 ao PL nº 3.794/93. Oficie-se à Comissão Requerente e, após, publique-se.

Em 22 / 08 / 97

Senhor Presidente

  
PRESIDENTE

Nos termos do Art. 142 do Regimento Interno, requero a V. Exa. a apensação do Projeto de Lei nº 3.234/97 - do Sr. Valdir Colatto - que "dispõe sobre a prestação de contas de recursos repassados pela União aos Municípios" ao Projeto de Lei nº 3.974/93 - do Sr. Jackson Pereira - que "estabelece a exigência de balancete de prestação de contas, por parte dos municípios, dos recursos recebidos da União", por se tratar de matéria correlata.

Atenciosamente,



Deputado **OSVALDO BIOLCHI**

Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **MICHEL TEMER**  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados  
N E S T A



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Memorando nº 174/97-CCP

Brasília-DF, 26 de agosto de 1997.

Do Diretor da Coordenação de Comissões Permanentes  
À Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Senhora Secretária

Cumprindo despacho do Sr. Presidente no Ofício nº 295/97-CTASP, em anexo, solicito a V. Sa. a gentileza de encaminhar à Comissão de Finanças e Tributação o Projeto de Lei nº 3234/97, a fim de ser apensado ao de nº 3794/93, juntando ao processo este expediente.

Atenciosamente,

  
CÍCERO RODRIGUES  
- Diretor -